



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA EMPRESARIAL DO FORO
DA COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ.**

Processo nº 0028567-20.2024.8.16.0021

FRIGORÍFICO ACÁCIA LTDA., por seus advogados abaixo assinados, nos autos de seu pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., em atenção à intimação de mov. 136, manifestar-se quanto aos novos Embargos de Declaração opostos ao mov. 134, pelo Frigorífico Patrão Ltda., nos seguintes termos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo credor Frigorífico Patrão Ltda., ao mov. 136, contra a r. decisão de mov. 129, que rejeitou os embargos de declaração anteriormente opostos ao mov. 96.

Novamente, nos idênticos termos dos embargos de declaração de mov. 96, alega o credor, ora Embargante, que a r. decisão embargada padece de erro material, sob o fundamento de divergir da nova redação do art. 6º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, que suprimiu a suspensão das ações, mantendo tão somente a suspensão das execuções em trâmite.





Ademais, suscitou o Embargante que o r. *decisum* de mov. 129 foi omissivo em razão da ausência de fundamentação, contrariando o contido no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Ocorre que, em que pese a alegação do Embargante, os Embargos de Declaração não merecem ser acolhidos, pelas razões a seguir expostas.

Infere-se, da r. decisão embargada, que este D. Juízo, esclareceu a ausência de vícios passíveis de oposição de Embargos de Declaração, tendo em vista que a suspensão decorrente do deferimento do processamento da Recuperação Judicial se deu em conformidade com o art. 6º e parágrafos da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual não procede, no entendimento da Recuperanda, a ausência de fundamentação para rejeição dos Embargos, como suscitado pelo Embargante.

Ademais, cumpre registrar que, ao determinar a suspensão das ações e execuções ajuizadas contra a Devedora, por intermédio da r. decisão de mov. 57, **destacou a exceção quanto àquelas previstas nos arts. 6º, §§ 1º, 2º, 7º-A, 7º-B e 49, §§ 3º e 4º da Lei nº 11.101/2005**¹, vejamos:

¹ Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

§ 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

§ 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de construção que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

§ 7º-B. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica às execuções fiscais, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de construção que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou





2. Ordeno a **suspensão** pelo prazo de 180 dias, o curso da prescrição das obrigações das devedoras sujeitas ao regime desta Lei e o curso das ações e execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial (art. 6º, I, e II, da Lei nº 11.101/2005), exceto as previstas nos art. 6º §§ 1, 2º, 7º-A, 7º-B e 49, §§ 3º e 4º da Lei 11.101 /2005.

Desta feita, considerando as exceções minuciosamente destacadas pelo D. Juízo Recuperacional, entende a Recuperanda que a r. decisão de mov. 129 não possui quaisquer vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, razão pela qual os Embargos de Declaração opostos ao mov. 134 **NÃO MERECEM SER CONHECIDOS**, e, caso conhecidos, devem ser **REJEITADOS**, tendo em vista a ausência dos vícios que fundamentam a sua oposição.

Ademais, considerando a oposição de Embargos de Declarações seguidos, acerca da mesma matéria, entende a Recuperanda que o Embargante incidiu na conduta prevista no art. 80, inciso VII, do Código de Processo Civil², cabendo, caso assim entenda este D. Juízo, a aplicação da penalidade prevista no art. 81 do mesmo diploma legal³.

Por fim, requerem que todas as publicações e intimações destes autos sejam efetuadasb exclusivamente em nome dos advogados **ROGÉRIO**

irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

§ 4º Não se sujeitará aos efeitos da recuperação judicial a importância a que se refere o inciso II do art. 86 desta Lei.

² Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

³ Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.





ZAMPIER NICOLA (OAB/SP 242.436) e JONATHAN CAMILO SARAGOZZA (OAB/SP 256.967), sob pena de nulidade.

Termos em que,

P. Deferimento.

Cascavel, 21 de janeiro de 2025.

ROGÉRIO ZAMPIER NICOLA

OAB/SP 242.436

JONATHAN CAMILO SARAGOZZA

OAB/SP 256.967

